

# Congresso reabre e não terá quorum para votar 3 mil projetos

**Brasília** — Não será por falta de trabalho que deputados e senadores deixarão de comparecer às sessões do Congresso Nacional, que inicia hoje os trabalhos do segundo semestre legislativo. Estão prontos para votação cerca de 3 mil propostas, mas para atrair os parlamentares a Brasília, nos últimos quatro meses deste ano eleitoral, os líderes partidários devem selecionar, menos de 100 para serem votados durante os "esforços concentrados" que se realizarão em agosto e setembro.

O primeiro esforço concentrado foi programado para os dias 12, 13 e 14 de agosto. A ordem do dia da Câmara está pronta e constam 158 projetos — 74 são do Executivo — além de 2188 propostas na fila para serem incluídas na pauta. No Senado, a ordem do dia é de 10 itens. No entanto, mais de 500 projetos aguardam votação e a metade é constituída por pedidos de autorização de estados e municípios para contrair empréstimos.

Para evitar que projetos sejam votados "à toque de caixa", os líderes vão se reunir na próxima semana com o objetivo de negociar a pauta de votação de modo que não se repita o resultado dos "esforços concentrados" do primeiro semestre: os 30 projetos de iniciativa parlamentar, aprovados na Câmara e no Senado, foram vetados parcial ou totalmente pelo presidente da República. Depois de filtrar o que existe para votação, deverão sobrar os seguintes projetos na Câmara que estarão aprovados se houver acordo entre as lideranças ou com o voto de 240 deputados:

**Pacote antiviolência** — São quatro projetos distintos, todos de iniciativa do Executivo. Um deles modifica a conhecida Lei Fleury (que atualmente permite o réu primário responder processo em liberdade), mas encontra resistências junto ao PDT, que é contra a proposta. O segundo dispõe sobre atividades particulares de vigilância armada, transporte, formação de pessoal destinado ao setor. O terceiro institui o sistema nacional de armas, munições e explosivos que vai controlar fabricação, cadastramento e registro de armas de fogo. O último cria o fundo de prevenção, recuperação e de combate a drogas.

**Lei de Greve** — Também é projeto de iniciativa do Executivo e as principais alterações com relação à lei em vigor são: muitos trabalhadores hoje proibidos de fazer greve, como bancários, empregados em hotéis, farmácias, drogarias, indústrias básicas ou essenciais à defesa nacional; comércio de gêneros alimentícios de primeira necessidade, de serviço funerário e da área de comunicação, poderão fazer greve. Continuam proibidos os trabalhadores de serviços postais, de telecomunicações, de água e esgotos, energia, transporte, carga e descarga portuárias, hospitais, produção, distribuição e comercialização de combustíveis, funcionários públicos. Diminui de 10 para cinco dias o prazo para convocação de assembleia pela diretoria dos sindicatos. A greve só poderá ser feita se os empregadores forem avisados de sua deflagração com 72 horas de antecedência. A lei atual prevê um aviso de 10 dias. Este projeto é polêmico e deverá receber muitas emendas dos partidos de oposição, o que dificultará sua votação este ano.

**Reforma do Plenário** — O desejo do presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, de reformar o plenário para que os constituintes possam ficar só no papel. A reforma, cujo projeto foi elaborado por Oscar Niemeyer, precisa ser aprovada pelo plenário e o PDS e PDT já disseram que são contrários.

No Senado, os projetos a serem votados são os que foram aprovados pela Câmara no primeiro semestre, como o que impede as ações de despejo, o que possibilita a venda dos imóveis funcionais, o que proíbe as demissões imotivadas, o que proíbe e puni os abusos do poder econômico nas eleições e os pedidos de empréstimos para estados e municípios. O mais polêmico, no entanto, será apresentado pelos senadores Alfredo Campos e Nelson Carneiro, que amplia de uma vez e meia para o triplo o número de candidatos, proporcionalmente ao número de vagas a preencher, para a Câmara dos Deputados e assembléias legislativas.

As sessões do Congresso têm para apreciar 197 propostas de emenda à Constituição que não serão votadas, pois no próximo ano haverá uma Assembleia Nacional Constituinte. Deverão provocar polêmicas os decretos do novo pacote econômico, que criam o Fundo de Desenvolvimento Nacional e implantam outras medidas econômicas como o compulsório para gasolina e álcool.

Estão para ser lidas 96 propostas do Executivo e como se faz a leitura de apenas duas por sessão — são realizadas três sessões do Congresso por dia — os decretos do pacote só serão lidos este ano se houver acordo de lideranças.